



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009784-42.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Mandado de Segurança - Suspensão da Exigibilidade**  
 Impetrante: **Transportadora Rc Ltda**  
 Impetrado: **Chefe da Procuradoria Regional de São Carlos**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

**TRANSPORTADORA RC LTDA** impetrou este Mandado de Segurança, contra ato do **PROCURADOR CHEFE DA PROCURADORIA REGIONAL DE SÃO CARLOS**. Aduz, em suma, que é pessoa jurídica de direito privado, contribuinte de ICMS, e que visando regularizar sua situação fiscal, aderiu ao Programa Especial de Parcelamento PEP do ICMS (PEP's 20034423-4 e 20204938-8). Ocorre que, ao calcular os juros moratórios dos débitos consolidados nos parcelamentos, a requerida aplicou a Lei Estadual 13.918/2009 - que instituiu a taxa diária para correção de seus débitos - a qual prevê percentual de juros superiores à SELIC, e foi declarada inconstitucional. Assim, requereu a concessão de medida liminar, para se determinar o imediato recálculo dos débitos tributários aplicando aos consectários legais somente o indexador da Taxa Selic para calcular a mora e a atualização monetária, bem como para que sejam deduzidos do parcelamento os valores que a requerida recebeu a maior a título de juros moratórios e, ao final, a concessão da segurança em caráter definitivo. Atribuiu à causa o valor de R\$ 1.424.981,56 e instruiu a petição inicial com os documentos de p.p. 22/44.

É o relatório.

Fundamento e decido.

É o caso de improcedência liminar do pedido.

Diz o artigo 332, do Código de Processo Civil:

*Art. 332. Nas causas que dispensem a fase instrutória, o juiz, independentemente da citação do réu, julgará liminarmente improcedente o pedido que contrariar:*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*I - enunciado de súmula do Supremo Tribunal Federal ou do Superior Tribunal de Justiça;*

*II - acórdão proferido pelo Supremo Tribunal Federal ou pelo Superior Tribunal de Justiça em julgamento de recursos repetitivos;*

*III - entendimento firmado em incidente de resolução de demandas repetitivas ou de assunção de competência;*

*IV - enunciado de súmula de tribunal de justiça sobre direito local.*

**§1º O juiz também poderá julgar liminarmente improcedente o pedido se verificar, desde logo, a ocorrência de decadência ou de prescrição.**

*§2º Não interposta a apelação, o réu será intimado do trânsito em julgado da sentença, nos termos do art. 241.*

*§3º Interposta a apelação, o juiz poderá retratar-se em 5 (cinco) dias.*

*§4º Se houver retratação, o juiz determinará o prosseguimento do processo, com a citação do réu, e, se não houver retratação, determinará a citação do réu para apresenta contrarrazões, no prazo de 15 (quinze) dias. (grifei).*

No caso em questão, o reconhecimento da decadência é medida que ser impõe.

Por meio da presente ação, questiona a impetrante a taxa de juros moratórios incidentes na consolidação do débito incluído nos PEP's nºs 20034423-4 (fls. 32/37) e 20204938-8 (fls. 38/40), que foram formalizados 10/06/2013 e 21/12/2015.

Por outro lado, a impetrante apenas ingressou com o presente mandado de segurança em 15/09/2017, quando já há muito superado o prazo decadencial de 120 (cento e vinte dias) previsto no artigo 23<sup>1</sup>, da Lei nº 12.016/2009.

Vedado é portanto, o manejo da ação constitucional nos moldes como interposto para o fim pretendido pela impetrante.

Neste sentido já decidiu o E. Tribunal de Justiça de São Paulo:

**PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO. JUROS. LEI ESTADUAL Nº 13.918/09. DÍVIDA ACRESCIDA DE JUROS CALCULADOS**

<sup>1</sup> "Art. 23. O direito de requerer mandado de segurança extingui-se-á decorridos 120 (cento e vinte) dias, contados da ciência, pelo interessado, do ato impugnado."


**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**
**COMARCA DE SÃO CARLOS**
**FORO DE SÃO CARLOS**
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

SEGUNDO A LEI ESTADUAL Nº 13.918/2009. PRETENSÃO RECÁLCULO DO MONTANTE COBRADO ALÉM DE POSSIBILIDADE DE COMPENSAÇÃO DE VALORES QUITADOS QUANDO DA ADESÃO DE PROGRAMA ESPECIAL DE PARCELAMENTO – IMPOSSIBILIDADE. INADEQUAÇÃO DA VIA ELEITA.

**Inexistência de direito líquido e certo a ser resguardado, uma vez que transcorrido prazo decadência para interposição de Mandado de Segurança.** Ademais, inadmite-se

o uso de mandado de segurança como substituto de ação de cobrança -- Súmula nº 269 do STJ. Acolhimento de preliminar apresentada pela Fazenda do Estado. Reforma da sentença de primeiro grau. Inadequação da via eleita. (TJSP; Apelação / Reexame Necessário 1004350-93.2016.8.26.0053; Relator (a): Nogueira Diefenthaler; Órgão Julgador: 5ª Câmara de Direito Público; Foro Central - Fazenda Pública/Acidentes - 11ª Vara de Fazenda Pública; Data do Julgamento: 18/07/2017; Data de Registro: 18/07/2017). (grifei)

Nesta esteira, já que utilizada a via excepcional do mandado de segurança, vale recordar a lição do Saudoso HELY LOPES MEIRELLES a respeito do prazo decadencial:

*“O prazo para impetrar mandado de segurança é de cento e vinte dias, a contar da data em que o interessado tiver conhecimento oficial do ato a ser impugnado. este prazo é de decadência do direito à impetração, e, como tal, não se suspende nem se interrompe desde que iniciado. (...) A fluência do prazo só se inicia na data em que o ato a ser impugnado se torna operante ou exequível, vale dizer, capaz de produzir lesão ao direito do impetrante. Até então, se é insuscetível de causar dano ao destinatário, é inatacável por mandado de segurança, porque este visa, precipuamente, a impedir ou fazer cessar os efeitos de ato lesivo a direito individual ou coletivo.”* (Mandado de Segurança, 29ª Ed., Pág. 55).

Oportuno recordar que a decadência existente no mandado de segurança é tema sensível por não ter previsão na Constituição Federal, porém já está pacificado no Excelso Supremo Tribunal Federal, na súmula 632, que “*é constitucional a lei que fixa o prazo de decadência para impetração de mandado de segurança*”.

E, para melhor entendimento dessa súmula, Gilmar Ferreira Mendes, Inicêncio Mártires Coelho e Paulo Gustavo Gonet Branco afirmam que “*a fixação do prazo*



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**VARA DA FAZENDA PÚBLICA**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

*decadencial do mandado de segurança é plenamente compatível com a ordem constitucional, uma vez que o caráter institucional da garantia não impede que se fixe condições para o seu exercício, inclusive aquelas de caráter temporal, desde que se não verifique a sua inutilização ou descaracterização.” (Curso de Direito Constitucional, 2ª edição, Ed. Saraiva, Pág. 519, item 2.4.4.).*

Ressalte-se, ainda, que, evidentemente, o prazo decadencial, referido na norma legal em questão, não tem o caráter de penalidade, pois não afeta o direito material eventualmente titularizado pela impetrante e nem impede que esta postule o reconhecimento de seu direito público subjetivo mediante adequada utilização de outras vias judiciais, já que a consumação da decadência do direito de impetrar o mandado de segurança não confere juridicidade ao ato estatal impugnado e não tem o condão de convalidá-lo e nem a virtude de torna-lo imune ao controle jurisdicional (STF 1ª Turma MS nº 21362/DF rel. Min. CELSO DE MELO j. 14.4.92).

Ante o exposto, julgo extinto o processo, com resolução de mérito, para reconhecer a decadência, com supedâneo nos artigos 332, § 1º e 487, inciso II, ambos do Código de Processo Civil, combinado com o artigo 23 da Lei nº. 12.016/09.

Ausente recurso e transitada em julgado, intime-se a requerida nos termos do §2º, do artigo 332, do CPC. Se nada requerido, arquivem-se com as cautelas de estilo.

Sobrevindo recurso, conclusos para os fins do §3º do artigo retro referido.

Custas e despesas na forma da Lei.

**P.I.**

São Carlos, 19 de setembro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**